

Revista Funpresp

Ano 1 | número 01



O FUTURO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

DEBATE SOBRE REFORMAS,
MODELOS, PORTFÓLIOS, PERFIS DE
INVESTIMENTOS, GOVERNANÇA E
GESTÃO NOS FUNDOS DE PENSÃO

PAINEL I - MODELOS DE
PLANOS, LONGEVIDADE,
REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS
E CAPITALIZAÇÃO

PAINEL II - GOVERNANÇA,
GESTÃO E REPUTAÇÃO NAS
ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR

PAINEL III - POUPANÇA
PREVIDENCIÁRIA,
PORTFÓLIOS E PERFIS DE
INVESTIMENTOS

**ENTREVISTA: PROFESSOR
DA UNIVERSIDADE DA
CAROLINA DO NORTE
(EUA), ROBERT CLARK**



Diretoria Executiva

Ricardo Pena Pinheiro
Diretor-presidente

Tiago Nunes de Freitas Dahdah
Diretor de Investimentos

Cleiton dos Santos Araújo
Diretor de Administração

Cícero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade (substituto)

Expediente

Edição

Fátima Gomes
Gerente de Comunicação e Relacionamento

Leônia Vieira
Coordenadora de Comunicação e Marketing

Entrevistas e redação
Luciana Cobucci - In Press Oficina
Maíra Silveira - In Press Oficina
Pedro Silas - In Press Oficina

Projeto gráfico e diagramação
Amanda Moreira - In Press Oficina

Fotografia
Dênio Simões - In Press Oficina
Luís Salimon - In Press Oficina

Revisão
Nadja Araújo - In Press Oficina

Revista da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp
Endereço: SCN Quadra 2, bloco A, 2º andar, salas 202/203/204
Ed. Corporate Financial Center
70712-900 - Brasília - DF
Fone: 0800 282 6794

Jornalista responsável:
Fátima Gomes - registro profissional 480/82

Tiragem: 700 exemplares

Sumário

5 EDITORIAL

6 ENTREVISTA
ROBERT CLARK

Painel I
FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA:
UM PROBLEMA GLOBAL 10

14 ENTREVISTA
BRIAN O’MALLEY

ENTREVISTA
HEINZ RUDOLPH 16

Painel II
CHEGOU A HORA DE
DIVERSIFICAR OS INVESTIMENTOS
DOS FUNDOS DE PENSÃO? 18

Painel III
CHILE: LIÇÕES PARA A ADOÇÃO DO
MODELO DE CAPITALIZAÇÃO NO BRASIL 22

26 ENTREVISTA
CRISTIANO ARBEX VALLE

OPINIÃO DO
ESPECIALISTA 28

30 ENTREVISTA
WAGNER GUIDA

ENTREVISTA
EDUARDO RIOS-NETO 32

34 A PREVIDÊNCIA
PELO MUNDO



Siga-nos
no Spotify!



Notícias da sua
previdência
complementar na
palma da mão.





Editorial

O 3º Seminário Internacional Funpresp – A Previdência Complementar do Servidor Público foi realizado em Brasília (DF), no dia 23 de abril de 2019, com a presença de mais de 250 pessoas, entre especialistas, autoridades e participantes da Entidade. Ao longo de todo o dia, foram debatidas experiências nacionais e internacionais, com o objetivo de reunir as melhores práticas em gestão e governança da previdência complementar, em especial a dos servidores públicos. Nesta revista, o leitor vai conhecer um pouco do teor das discussões realizadas nos painéis, opiniões de especialistas e de participantes, entrevistas com estudiosos em previdência e um panorama mundial sobre o tema.

Ao debater ideias e experiências nacionais e internacionais, a Funpresp cumpre sua missão de prospectar o que há de melhor para os seus participantes, além de reforçar o seu compromisso com a modernidade, a transparência e a governança dos Planos de Benefícios da Entidade.

Essa publicação tem a finalidade de proporcionar ao leitor uma visão geral da previdência social e complementar e, quem sabe, ajudá-lo a pensar e planejar o próprio futuro. De antemão, é possível dizer que as mudanças demográficas e o aumento da longevidade da população apontam que é preciso criar novos caminhos de financiamento da previdência. Esse é um debate que, sem dúvida alguma, ganhou mais relevância devido à Reforma da Previdência, cuja proposta tramita atualmente no Congresso Nacional.

Boa leitura!
Ricardo Pena

Entrevista Robert Clark

Planos de benefícios e planejamento para o futuro: uma visão norte-americana

O professor do Departamento de Economia, Inovação e Empreendedorismo da Universidade do Estado da Carolina do Norte é um dos mais renomados especialistas mundiais quando o assunto é previdência. Nos Estados Unidos, Clark chefiou estudos e programas de pesquisa para o *Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA)*, um dos maiores fundos de pensão do país. Nesta entrevista, ele fala sobre experiências americanas e tendências mundiais para o setor.



É possível almejar um sistema previdenciário financeiramente equilibrado, tendo em vista os desafios demográficos que se apresentam? Qual seria o melhor modelo de previdência nesse contexto?

Todos os sistemas de pensão têm pontos positivos e negativos e a questão é como será feito o equilíbrio entre eles. O problema do plano tipo benefício definido (BD) é que a flutuação demográfica eleva o custo do benefício. Já o plano tipo contribuição definida (CD) coloca o risco no nível individual, o que pode dificultar o planejamento do contribuinte, e também pode significar uma queda acentuada no benefício futuro. Estamos comparando riscos diferentes. No geral, a tendência tem sido se afastar dos modelos BD e se aproximar dos modelos CD. Planos tipo BD podem ser ajustados de várias maneiras, mas isso significa que, com o passar do tempo, os benefícios vão aumentar ou diminuir, e os impostos também. É possível ter um plano sustentável se for indexado a certos indicadores, mas ele perde sua principal característica que é, do ponto de vista do empregado, a garantia de um determinado valor de aposentadoria no futuro.

É uma tendência mundial as pessoas terem que contribuir mais e por mais tempo para ter acesso a benefícios maiores?

Como as pessoas estão vivendo mais, o preço de manter qualquer tipo de benefício previdenciário vai aumentar. Se você pensar na equidade entre as gerações, pode avaliar: “bom, se pessoas há 20 anos tinham um valor X de benefício, por que as pessoas de hoje não recebem o mesmo valor?”. Mas as pessoas há 20 anos recebiam o benefício por menos tempo do que os aposentados hoje. Então, o que é a

equidade entre as gerações? Receber o mesmo valor ou receber o valor com mesmo poder de compra, ou seja, com correção monetária? É preciso, então, fazer esse debate: qual a melhor forma de garantir um tratamento igualitário para todas as gerações. O jeito como fazer o BD funcionar é modificá-lo constantemente ou indexá-lo a um indicador para que ele seja automaticamente atualizado.

Por que o senhor acha que mudanças na previdência enfrentam tanta resistência em todo o mundo?

Sempre que você se compromete com um benefício e depois tenta modificar essa promessa, é de se esperar que as pessoas não fiquem felizes com essa mudança. Não é de se surpreender que o corte de benefícios de aposentados não os deixem felizes. E também não

Clark atua nas áreas de economia do trabalho, economia do envelhecimento, previdência e aposentadoria.

é surpresa que aumentar impostos não deixa ninguém feliz. Geralmente, uma dessas coisas, ou ambas as coisas, acontecem numa reforma da previdência e, conseqüentemente, ninguém fica feliz com isso.

Fundos do tipo capitalização podem ser um caminho para países em todo mundo, uma vez que, na maioria, o gasto com previdência pesa no orçamento público?

Se eu fosse começar um fundo de pensão do zero, certamente tenderia a considerar o modelo de contas individuais - o de capitalização -, que tem muitas vantagens.

“Uma reforma previdenciária geralmente aumenta os impostos e reduz os benefícios. E ninguém fica feliz com isso.” - Robert Clark

Como os americanos se preparam para a aposentadoria? Existe uma cultura previdenciária?

A maioria da população é coberta pelo sistema de previdência social, a maioria inclui isso no seu planejamento, mas eu diria que existe um bom nível de preocupação, até porque a situação atual da previdência social pode fazer com que ela não cumpra o seu papel no futuro. Isso certamente afeta o planejamento e se você acha que a previdência social pode faltar quando você precisar, então você precisa tomar a frente do seu planejamento previdenciário. E a maneira como as pessoas fazem isso é colocar mais dinheiro no sistema de pre-

Previdência dos professores nos EUA

Segundo Clark, cerca de metade dos estados norte-americanos tem planos diferentes para professores. Nesses estados, as condições, custos e planos para os docentes são semelhantes em relação aos demais servidores públicos, apenas são administrados separadamente.

vidência complementar americano. Não existe uma crença geral de que o sistema vai falir, mas é sabido que haverá grandes mudanças de maneira a resolver o déficit do sistema. Não há planos concretos para resolver o problema, é uma questão que está em Washington, que tem que ser resolvida no Congresso, que não tem um pensamento único dominante, e por isso torna-se mais difícil de resolver.

Que experiências internacionais podem servir como modelo para o Brasil?

Não tenho a pretensão de dar conselhos para o Brasil, mas acredito que existem modelos que dão uma ideia do caminho a ser seguido. Basicamente, a respeito dos planos CD e BD, depende do tipo de risco que o governo brasileiro está disposto a assumir e do risco que ele está disposto a deixar sob responsabilidade do empregado. É possível fazer os dois tipos de planos funcionarem, mas depende da forma como cada agente é afetado, trabalhador e empregador.

O senhor acha que experiências internacionais como a do Japão, que revê os parâmetros de suas aposentadorias a cada cinco anos, poderiam funcionar no Brasil?

Seria ótimo que os Estados Unidos adotassem o modelo previdenciário do Japão, mas, em vez disso, nós estamos empurrando o problema com a barriga há 20 anos e cada vez mais se aproxima o momento derradeiro. O Japão, em vez de fazer uma grande reforma, faz pequenas séries de reformas a cada cinco anos, o que mostra que um plano de BD pode funcionar, mesmo diante do grande desafio da longevidade que eles enfrentam. Mas o preço disso é aumentar impostos e reduzir benefícios.●

Painel I

FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA: UM PROBLEMA GLOBAL

As discussões sobre previdência e aposentadoria não são exclusividade do Brasil. Em todo o mundo, especialistas e governantes tentam resolver complexas equações que levam em consideração idade, saúde, salário, tempo de trabalho, estilo e expectativa de vida dos cidadãos, entre outros aspectos, em torno de um único objetivo: prover assistência previdenciária aos seus cidadãos de maneira financeiramente sustentável e justa.

Nesse sentido, reformas previdenciárias estão sendo debatidas e feitas em vários países, com um aspecto em comum: o financiamento dos fundos de pensão públicos, em muitos casos, está abaixo do necessário para garantir o pagamento de benefícios.

O problema de financiamento dos fundos de pensão pode impactar a

aposentadoria de servidores nos Estados Unidos já em 2023, de acordo com o professor Robert Clark, da Universidade da Carolina do Norte. Em sua palestra no 3º Seminário Internacional Funpresp, Clark deu um panorama sobre o funcionamento da previdência norte-americana (confira na página 34).

Cada estado com fundo de pensão próprio deve depositar uma contrapartida no mesmo valor da contribuição do servidor estadual. Existem atuários responsáveis por calcular o valor das aposentadorias que serão pagas nos próximos anos. A decisão de valores a serem depositados nos fundos de pensão estaduais é dos governadores de cada estado, sendo, portanto, uma ação política que depende do governo daquele ente.



25% dos servidores dos EUA estão fora do sistema federal

Na década de 1950, nos EUA, os governos estaduais e municipais puderam escolher se juntar à previdência social federal. A maioria decidiu aceitar a oferta. Os estados e municípios que ficaram de fora hoje têm sistemas próprios em separado, como Alaska, Massachusetts, Colorado, Nevada, Louisiana, Ohio e Maine. Como resultado, 25% dos servidores públicos dos EUA estão fora do sistema federal de previdência.

Nesse contexto, Clark detalhou as dificuldades enfrentadas por alguns fundos patrocinados pelos estados que não são cobertos pelo sistema federal de aposentadorias. Segundo ele, o déficit nas contas desses fundos era de US\$ 1,4 trilhão em 2016.

Clark: O problema de financiamento dos fundos de pensão nos EUA atinge os estados americanos e não o sistema como um todo.

A taxa de rentabilidade adotada pelos fundos estaduais é de aproximadamente 7,5% ao ano, quando a taxa real é de cerca de 4%. Isso leva a um subfinanciamento que pode chegar a 79% do valor real necessário, como é o caso de Nova Jersey. Estados como Colorado, Connecticut, Illinois, Kentucky e Nova Jersey têm menos de 50% de financiamento. Outros 17 estados têm menos de 2/3 do valor necessário para pagar os benefícios prometidos. Apenas Nova Iorque, Dakota do Sul, Tennessee e Wisconsin tinham, ao menos, 90% de financiamento, segundo dados de 2016.

Clark também citou outros problemas para o déficit previdenciário estadual norte-americano. Um deles é que existem leis e até decisões judiciais que impedem a mudança das regras da aposentadoria de um servidor desde o momento da sua contratação até a inatividade. Outro ponto é a possibilidade de aposentadoria integral com 30 anos de serviço.

Se alguém começa a trabalhar aos 22 anos, é possível se aposentar aos 52 anos. Com o aumento da longevidade, as pensões estaduais estão pagando benefícios por 20, 30, 40 e até 50 anos ou mais, e esta é uma razão do aumento do custo dos planos.

O aumento da longevidade também foi apontado como um desafio global pelo diretor de Desenvolvimento de Negócios da Aegon Blue Square Re, Brian O'Malley, que também participou do primeiro painel do seminário, apresentando a experiência previdenciária europeia. Outra adversidade, alertou o especialista, é o nível de educação financeira e previdenciária da população, que pode afastar os participantes do sistema.

“Os jargões e os termos usados pelos profissionais de previdência tendem a intimidar o cidadão mais leigo. As pessoas estão entrando mais tarde no mercado de trabalho e, consequentemente, começando a contribuir mais tarde. Com isso, elas tendem a ignorar o problema, achando que já é tarde demais para começar a poupança previdenciária. Por outro lado, para quem já está no sistema, o obstáculo é o nível de conhecimento e educação previdenciária e a tolerância a riscos, principalmente se a tendência é ofertar planos do tipo contribuição definida”, explicou.

Perguntamos a participantes da Funpresp que prestigiaram o seminário: por que é importante debater a previdência complementar, num contexto de reforma, e promover a educação previdenciária? Veja o que eles responderam:



André Sousa de Sena, servidor do Ministério da Justiça – É importante o debate em função das mudanças que vivemos hoje. O Congresso Nacional debate a necessidade de ter essa Reforma da Previdência num país que enfrenta uma dificuldade financeira seríssima, por isso é importante esse debate. Como o brasileiro não tem o costume de fazer poupança por conta própria, uma alternativa é o fundo de previdência complementar, como é a Funpresp para o servidor federal.



Larissa Amorim, servidora da Universidade de Brasília – A gente precisa participar agora mais do que nunca, num momento em que todo o país acompanha e debate junto a votação da Reforma da Previdência. Precisamos nos inteirar sobre o assunto. Vim ter mais informações sobre como a Funpresp pode me auxiliar no futuro com uma renda extra para a aposentadoria. Eu me preocupo muito com o meu futuro, por isso já venho me preocupando com essa temática, e agora é um momento crucial para essa questão da previdência.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ADEÇÃO AUTOMÁTICA

Com o problema de financiamento das previdências públicas em todo o mundo, a tendência é reduzir cada vez mais os benefícios sociais pagos pelos governos, fazendo surgir a consciência sobre a necessidade da poupança complementar. Esta já é uma realidade para funcionários da iniciativa privada nos Estados Unidos, que são cobertos pela previdência social federal, mas recorrem a fundos complementares, os chamados 401(k) – confira na entrevista com o professor Robert Clark, na página 6. A adesão a esses fundos é facultativa para quem trabalha na iniciativa privada, mas, entre os servidores públicos, a participação é obrigatória.

Alguns estados que possuem seus próprios planos de benefícios para servidores passaram a adotar a adesão automática, de modo que os novos integrantes são vinculados ao plano

de benefícios e devem se pronunciar apenas caso não desejam permanecer. Nos locais onde tem sido adotada, esse tipo de prática é bem sucedida. Nos Estados Unidos, por exemplo, “a participação em planos suplementares no setor público é mais baixa. No entanto, com a adoção de políticas de adesão automática, a taxa de participação passou de 5% para 90% no estado da Dakota do Sul, por exemplo”, explicou o professor Robert Clark.

Para O’Malley, em muitos países europeus, no setor privado, este “é o maior acontecimento dos últimos 10 ou 15 anos”. “É algo que ajudou bastante no aumento da consciência previdenciária na Europa, está dando um respiro de vida para os planos CD”, explicou. A exemplo dos EUA, na Europa a tendência é substituir os planos BD por CD, segundo o especialista.

Como no Brasil, tendência nos EUA é substituir planos BD por CD

Nos Estados Unidos, a participação nos fundos de pensão dos servidores públicos, que têm contrapartida do empregador, é obrigatória, ao contrário do Brasil que continua sendo facultativa - como estabelece a lei. A maioria desses planos, tradicionalmente, ainda é de benefício definido, mas essa tendência vem mudando nas últimas duas décadas, principalmente por conta dos custos e do financiamento desses planos.

REFORMAS

No mundo todo, as reformas previdenciárias passam pela transição de planos tipo benefício definido (BD) para contribuição definida (CD) que, segundo os especialistas, exigem mais conhecimento previdenciário por parte dos poupadores. No contexto europeu, segundo O’Malley, a reforma está acontecendo na previdência no setor privado.

“Os planos tipo CD têm registrado altos volumes de contribuições, mas ainda assim há pessoas que contribuem com o máximo e ainda querem contribuir com mais. A verdade é que todos os lados dessa equação precisam entender de fato quanto custa manter um fundo de pensão e quanto é preciso poupar para garantir benefícios previdenciários”, explicou.

Nos Estados Unidos, ao longo dos últimos 30 anos, os estados têm substituído a oferta de planos BD por CD. Segundo Robert Clark, as reformas nos EUA param por aí. “As expectativas dizem que, se nada for feito, os benefícios previdenciários serão reduzidos em 25%. É muito improvável que isso aconteça, mas as projeções são as mesmas há 20 anos. O Congresso não tem feito nada e é difícil que faça nos próximos anos. Somente duas coisas podem ser feitas para resolver: aumentar os impostos ou reduzir os benefícios”, alertou. Ele lembra, no entanto, que não se trata de um problema do sistema como um todo. •

“A previdência social nos EUA vai cumprir os contratos como acontece hoje? Provavelmente não. A previdência vai quebrar? Também provavelmente não. Não tenho como dar uma resposta sobre o que vai acontecer nos EUA, mas não pensem que o Brasil está sozinho na questão de problemas com o financiamento da previdência.” – Robert Clark

“A verdade é que de tempos em tempos é necessário fazer ajustes nas pensões e nos direitos e ninguém gosta de ver isso acontecendo com a própria aposentadoria. Na Europa, essa mentalidade vem mudando e as pessoas têm entendido que é necessário tomar medidas mais duras.” – Brian O’Malley



O painel I abordou os modelos de planos, longevidade, reformas previdenciárias e capitalização à luz das experiências dos Estados Unidos e da Europa.

Perguntamos a participantes da Funpresp que prestigiarão o seminário: por que é importante debater a previdência complementar, num contexto de reforma, e promover a educação previdenciária? Veja o que eles responderam:



Beatriz Almeida Lessa, servidora do Senado Federal – Fiquei interessada em saber do panorama, o que a Funpresp está enfrentando. Trabalho com a parte de previdência no Senado, então é importante eu vir para esses eventos até para repassar as melhores informações para o pessoal. Migrei de regime em 2018 e aderi à Funpresp, e tenho preocupação de como vai ser a gestão do fundo. Com a iminente mudança da legislação, acho que vamos ter que trabalhar mais tempo e na Funpresp consigo juntar um montante maior de dinheiro com o sistema de capitalização própria.



Jorlândio Francisco Félix, servidor da Universidade de Brasília – É extremamente importante o debate porque existe muita controvérsia, pouco entendimento sobre a previdência complementar. Acho importante esses eventos para que possamos entender o funcionamento pleno da Funpresp. Tem muita gente que ainda é contra. Eu estudo e corro atrás para entender da Funpresp e ter esse conhecimento mais amplo, pois considero muito importante para questão de investimento futuro. Me considero preocupado com a minha aposentadoria, principalmente quem tem filhos, como eu, a gente quer ter conforto na longevidade.

ENTREVISTA BRIAN O'MALLEY

O diretor de Investimentos da Aegon Blue Square Re (Holanda) participou do painel “A previdência complementar dos servidores públicos”, debate que abriu o 3º Seminário Internacional Funpresp.

Como o senhor vê o debate sobre os fundos de pensão ao redor do mundo?

Atualmente, devido ao aumento na longevidade, envelhecimento da população e taxas de juros se mantendo em patamares cada vez mais baixos, benefícios pagos pelo governo estão sob forte restrição. Os tradicionais planos de benefício definido (BD) estão desaparecendo e dando lugar aos planos de contribuição definida (CD), com aportes dos trabalhadores. Com essa mudança, os participantes passaram a ter a maior fatia da responsabilidade pelos riscos contraídos e por acumular seus próprios fundos de aposentadoria. No entanto, a maioria não tem o conhecimento necessário para isso e, assim, corre o risco de não atingir a quantia necessária para uma aposentadoria confortável. Como empresa, a Aegon tem o objetivo de criar a consciência sobre



“A verdade é que de tempos em tempos é necessário fazer ajustes nas pensões e nos direitos e ninguém gosta de ver isso acontecendo com a própria aposentadoria. Mas, na Europa, essa mentalidade vem mudando e as pessoas têm entendido que é necessário tomar medidas mais duras.” – Brian O'Malley

Brian O'Malley possui mais de 20 anos de experiência em marketing e desenvolvimento de seguros.

a necessidade de garantir sustentabilidade a longo prazo desses benefícios previdenciários. Da perspectiva governamental, isso requer medidas mais duras, como a redução dos benefícios, aumento de impostos e contribuições e da idade mínima para aposentadoria. Precisamos garantir a equidade entre as gerações, reduzindo o risco de pobreza na velhice agora e no futuro.

Como a troca de informações entre os países, como a que aconteceu no 3º Seminário Internacional, pode ajudar a difundir a consciência sobre a importância da previdência complementar?

As populações em alguns países estão envelhecendo mais rápido do que em outros. As medidas que os países têm implementado para ajudar as pessoas a se prepararem para a aposentadoria variam de acordo com as circunstâncias locais, as práticas de trabalho e normas sociais. O Japão é comumente classificado como uma sociedade de “superenvelhecimento”, com uma proporção maior de pessoas mais velhas em relação ao resto da população. O Brasil também está seguindo rapidamente nessa direção, com uma expectativa de vida no nascimento que passou de 50,8 anos em 1950 para 74,6 anos em 2015. Existe

uma oportunidade para o Brasil e outros países de ver o que funcionou e o que não funcionou na adaptação às mudanças demográficas e decidir as práticas mais adequadas.

A quantidade de pessoas se aposentando está aumentando, enquanto o número de contribuintes para o sistema de previdência social está caindo. Nesse contexto, qual é a importância da previdência complementar?

A mudança na taxa de dependência, onde a proporção entre aposentados e trabalhadores está aumentando, coloca um freio nos planos providos pelo governo, enquanto a responsabilidade pela provisão da própria aposentadoria está sendo transferida para cada indivíduo. Uma pesquisa feita em 2018 pela Aegon com 15 países, incluindo o Brasil, mostra que os trabalhadores esperam que 30% dos seus proventos de aposentadoria venham da própria poupança previdenciária. Essas pessoas precisam ter o poder de assumir o controle pela preparação da própria aposentadoria e, para isso, precisam entender conceitos básicos de literatura financeira, serviços e produtos previdenciários.

Como o resseguro pode ajudar o sistema de segurança social?

O sistema de previdência social é uma fatia importante dos compromissos financeiros de um governo. Olhando sob uma perspectiva global, não existe capital suficiente para assumir esse risco. Mas as lições aprendidas com o resseguro podem ser aplicadas. A indústria de resseguro tem sido bastante ativa nos últimos anos em ajudar os planos de previdência dos empregadores a reduzir o risco de suas obrigações previdenciárias. •

ENTREVISTA
HEINZ RUDOLPH

Economista líder do Banco Mundial em Washington D.C., o chileno trouxe para o painel II do 3º Seminário Internacional Funpresp a experiência do seu país de origem e as visões do organismo internacional sobre previdência complementar.

Na sua visão, quais os pontos fortes da previdência complementar brasileira e quais os principais desafios?

Este é um bom momento para consolidar a previdência complementar no caso brasileiro. Acho que o modelo de capitalização de repartição simples tem seus limites e a criação de um pilar de capitalização pode ajudar a diversificar o risco, mas também pegar parte dos benefícios de crescimento econômico brasileiro e melhorar os benefícios futuros.

A previdência complementar pública brasileira tem o melhor dos mundos dos planos tipo contribuição definida e benefício definido: não tem os passivos dos planos BD e tem contribuintes com alta densidade de cotização que ficarão com o fundo até a aposentadoria. Mas também tem grandes responsabilidades, que são: gerenciar os riscos para otimizar as aposentadorias futuras; diversificar os riscos; contribuir para o desenvolvimento de mercado de capitais privado de longo prazo, incluindo investimentos no setor de infraestrutura; e, principalmente, garantir uma presença mais forte da governança. O tema chave é a governança e, principalmente, como assegurar que o Conselho Deliberativo será uma instância que vai dar visão de futuro para decisões da Diretoria Executiva.

Por que as entidades de previdência complementar devem investir em transparência e como isso ajuda na governança das fundações?

O tema da transparência é muito significativo porque através da transparência as pessoas sabem exatamente o valor acumulado no seu fundo de pensão com o passar do tempo. Pode haver muita volatilidade no curto prazo, por isso é importante ter uma governança forte para que as pessoas possam ter confiança nos conselhos diretivos do fundo de pensão e que isso de fato vá levar a uma melhor aposentadoria futura.

Que lições o Brasil pode tirar do modelo de previdência que vigora hoje no Chile?

O modelo do Chile tem muita coisa boa, mas também muitos erros, como

acontece em qualquer lugar. O Chile buscou muita experiência internacional na criação de fundos de pensão. Um dos principais problemas do modelo chileno é o valor das aposentadorias, que pode ser considerado baixo em alguns casos (confira como funciona o sistema de previdência no Chile na página 34). É um problema que o governo está tentando resolver com debates, apresentando reformas, fazendo discussões no Congresso, mas uma coisa é fato: será preciso aumentar a alíquota de contribuição. Além disso, da forma como foi construído ao longo dos anos, o sistema pode convergir para um modelo ineficiente, altamente investido em modelos *overnight*. Por isso, é preciso priorizar as mudanças regulatórias. Outro ponto é que a discussão está muito centrada na taxa de retorno. Temos que começar a perguntar qual é o efeito real que a rentabilidade tem, seja sobre a taxa de reposição, seja nas decisões dos participantes dos fundos de pensão. •

“O tema chave é a governança e, principalmente, como assegurar que o Conselho Deliberativo seja uma instância que vai dar visão de futuro para as decisões da Diretoria Executiva.”
- Heinz Rudolph



Entre 1995 e 2004, Rudolph trabalhou no Ministério das Finanças do Chile como diretor de Política Econômica, onde liderou o projeto de reforma da previdência e securitização do país.

Painel II

CHEGOU A HORA DE DIVERSIFICAR OS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS DE PENSÃO?

Com a estabilização dos juros básicos no Brasil, especialistas concordam: as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) precisam buscar rentabilidades maiores em outros mercados.

No segundo painel do 3º Seminário Internacional Funpresp, o economista líder do Banco Mundial, Heinz Rudolph, defendeu a diversificação de investimentos como prática de governança. Segundo a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em 2018, 73,4% da carteira das EFPC eram investidos em renda fixa.

“A manutenção da taxa de juros em patamares de 4,5% a.a. nos dá a possibilidade de pensar que a carteira de investimentos não pode ser mais só no papel público. Precisamos fazer um esforço para diversificar a carteira para ativos como renda variável e infraestrutura. Temos um cenário novo, no qual precisamos de governança nas entidades que possa ajudar no desenvolvimento de longo prazo.” - Heinz Rudolph

Outro motivo favorável à diversificação das carteiras é a instituição da resolução 4.661/2018 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que modernizou as regras de alocação de recursos das EFPC com o objetivo de aumentar a segurança nos investi-

mentos. “No caso brasileiro, os investimentos com Fundos de Investimentos em Participações (FIP) têm sido associados com corrupção. Por isso, quebrar esse ciclo vicioso depende da melhora da governança”, defendeu o economista do Banco Mundial.

“A governança das EFPC não é um objetivo, mas uma forma efetiva de melhorar a gestão de ativos num contexto de gestão de riscos.” – Heinz Rudolph



Perguntamos a participantes da Funpresp que prestigiam o seminário: por que é importante debater a previdência complementar, num contexto de reforma, e promover a educação previdenciária? Veja o que eles responderam:



Lazlo Kioshi Sacuno Luz, servidor do Senado Federal – No Senado, trabalho com a reunião de informações para tomada de decisão das pessoas. Às vezes elas ficam perdidas e vêm procurar informação de qualidade. Estou aqui para juntar ideias e informações para entregar uma decisão inteligente ao servidor, com base em informações e dados. Existe muita desinformação e isso só se combate com informação de qualidade, com informações trazidas por diversos palestrantes, ver como os outros países lidam com essa situação e ver o que a gente pode tirar para adaptar à nossa realidade, enriquecer o debate.



Inês Ramos Cavalcanti, servidora do Banco Central – A informação é fundamental em qualquer setor, e minha participação no seminário acontece, acima de tudo, porque fui eleita para o Conselho Deliberativo da Funpresp, então é importante eu me atualizar nas melhores práticas e de formas de gestão. É um processo de melhoria. Temos que nos atualizar para trabalhar na melhoria contínua do fundo de pensão dos servidores. A previdência complementar é importante para qualquer trabalhador, é uma renda complementar, porque cada vez mais temos visto que o INSS é que vai ser o extra, mas a nossa aposentadoria é que está nas nossas mãos.

REGULAMENTAÇÃO

O titular da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Fábio Coelho, também defendeu mudanças nas carteiras com base na queda dos juros e em novas regulamentações da própria Previc com o objetivo de gerenciar possíveis riscos inerentes a todas as EFPC.

“A gente precisava trazer a cultura de gerenciamento de risco para os fundos de pensão brasileiros e mapear esses riscos. Isso não significa que eles de fato vão acontecer, mas é preciso mitigá-los antes que possam nascer”, afirmou. Nesse sentido, Coelho alertou que o principal ponto de atenção é a qualificação dos gestores dos fundos de pensão, que passou a ser obrigatória em 2016.

“São eles que tomam as decisões, a diretoria, os conselhos deliberativo e fiscal: as pessoas que compõem a governança nas fundações. O que fizemos foi colocar um pilar de habilitação, implementando a determinação que qualquer pessoa que for dirigente de fundo de pensão precisa ter reputação ilibada, conhecimento técnico, entre outros requisitos.” – Fábio Coelho

Para Fábio Coelho, há a necessidade de trazer a cultura do gerenciamento de risco para os fundos de pensão.



Outro ponto chave da questão, de acordo com Coelho, é a implantação, a partir de 2019, dos comitês de auditoria nas fundações de previdência complementar. Os grupos, em conjunto com as auditorias internas e independentes de cada EFPC, são estruturas de controle, monitoramento e fiscalização que visam mitigar os riscos operacionais resultantes de fraude ou omissão. A criação dos comitês é obrigatória para o rol das chamadas entidades sistematicamente importantes, definidas pela instrução nº 07/2017.

“Para um cenário de pós-reforma da previdência, algo que precisa ser regulamentado, e que já existe na Funpresp, é a determinação do patrimônio de afetação dos planos de benefícios. É preciso implementar essa regra no Brasil para blindar os planos de benefícios.” – Fábio Coelho

PLANOS FAMÍLIA

Também palestrante do segundo painel do 3º Seminário Internacional Funpresp, o diretor-superintendente da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia), Edécio Ribeiro Brasil, apresentou a experiência do fundo de pensão do qual está à frente

no novo cenário regulatório brasileiro. Segundo ele, a entidade criou um fundo de trabalho para acompanhar as mudanças na regulamentação das EFPC, mas a grande aposta – e desafio – das fundações nos próximos anos será a criação dos planos familiares de previdência.

“No caso dos nossos planos convencionais é muito fácil convencer os participantes porque tem a paridade. No caso do plano família, como não tem contrapartida, temos que competir com todas as outras alternativas de investimentos existentes. Acredito que nos próximos meses estaremos prontos para oferecer essa facilidade aos familiares dos nossos empregados” – Edécio Ribeiro Brasil

Fábio Coelho também aposta nos planos família e diz que o caminho já foi aberto para a consolidação desse projeto. “Essa regulamentação será feita em uma discussão posterior à Reforma da Previdência. Com ela, vamos enxergar um processo de consolidação do número de fundos de pensão, com crescimento dos participantes e dos ativos geridos.” •

Painel III

CHILE: LIÇÕES PARA A ADOÇÃO DO MODELO DE CAPITALIZAÇÃO NO BRASIL

A previdência social no Chile vem sofrendo mudanças estruturais desde 1981, quando o sistema com três pilares foi instituído. O modelo de capitalização é o que vigora no país vizinho, onde os trabalhadores têm direito ao benefício proporcional ao esforço de poupança ao longo da vida laboral, diferente do mutualismo vigente na previdência social no Brasil (veja como funciona a previdência no Chile na página 34).

O sistema de capitalização, no entanto, já é uma realidade nas entidades fechadas de previdência complementar brasileiras e é uma das propostas de alteração da Reforma da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição 06/2019). Um dos desafios do modelo,

entretanto, é fazer com que a carteira de investimentos tenha a melhor rentabilidade possível, de modo a aumentar a poupança previdenciária futura dos participantes do fundo.

O CEO da Itaú Asset Management no Chile, Wagner Guida, explicou que no país vizinho a taxa básica de juros de 3% enseja a diversificação dos investimentos: “43% do fundo é internacional, 21% é título público, 21% em CDB e 35% em outros tipos. O mercado chileno não comporta o tamanho da própria indústria de fundo de pensão. São US\$ 240 bilhões em patrimônio, a internacionalização do investimento vem desde o começo e quando foi regulado já era previsto que periodicamente o volume aumentaria”, disse.

Os demais participantes do 3º painel defenderam que o Brasil deve aplicar recursos de seus fundos de pensão em *offshores*, uma vez que o mercado nacional já conta com regulamentação e fiscalização eficientes para coibir práticas de corrupção. Para o professor-adjunto do Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Cristiano Arbex Valle, esse tipo de investimento é “inevitável”. “O mercado brasileiro tem condições de suportar seu próprio crescimento, mas algumas características impedem um crescimento muito grande dos fundos de pensão aqui”, destacou.

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Os especialistas, no entanto, reconhecem que esse tipo de investimento enfrenta resistência, decorrente principalmente da complexidade natural do assunto que provoca, consequentemente, um baixo nível de informação da população em geral sobre o tema. “No Brasil, o mercado de fundo de pensão aloca 0,5% em fundos *offshore*. A diversificação lá fora vai ser uma necessidade, mas

o mercado ainda está reticente sem entender direito o risco”, afirmou Cláudio Pires, diretor de Investimentos da Mongeral Aegon.

Para Wagner Guida, a resistência deve ser vencida com informação. “A gente tem que aprender a se comunicar com os participantes, e a verdade é que falar com cliente sobre investimento é chato para eles. Tendemos a ser muito técnicos quando falamos de investimentos e previdência e a verdade é que falar com o cliente sobre investimento é chato para eles. Temos que ter uma linguagem

mais simples. É preciso se importar com o participante e fazer ele entender que o dinheiro é dele e fazer com que ele se interesse muito mais pela Funpresp ou qualquer fundo”, destacou.

A discussão sobre educação financeira e previdenciária ocorre no momento em que a Funpresp viabiliza a implementação dos perfis de investimentos, previsto para o início de 2020. Basicamente, o participante será automaticamente alocado numa carteira conforme sua idade e disponibilidade a riscos (mais ou menos

“A gente tem que aprender a se comunicar com os participantes. A verdade é que falar com cliente sobre investimento é chato para eles. Temos que ter uma linguagem mais simples. Fazer o participante entender sobre investimentos não é fácil. Além disso, em geral, o nível de educação financeira do latino-americano é muito pobre.” – Wagner Guida



O painel III discutiu poupança previdenciária, portfólios e perfis de investimentos e trouxe experiências do Itaú, da Mongeral Aegon Asset e da UFMG.



A diversificação é melhor para o portfólio e vai promover o crescimento das carteiras, defende Cláudio Pires.

conservador). Serão quatro faixas de investimentos com percentuais de alocação da carteira que variam entre renda fixa e renda variável. Participantes mais jovens serão inseridos em perfis com maior risco, enquanto os mais velhos ficarão nas carteiras mais conservadoras. Mas o servidor poderá trocar os perfis se assim desejar, depois de fazer o *suitability* (teste de adequação a risco). Nesse sentido, o desafio é municiar o participante com informações para que ele tome a melhor decisão sobre onde alocar seus recursos para a aposentadoria.

“O que a gente tem visto das 24 *assets* que o grupo Mongeral Aegon tem no mundo é a tentativa de ser proativa no apoio à decisão de investimento do cliente final. Ela não toma a responsabilidade de delegar a decisão da aplicação para o participante porque tem todo o dever fiduciário. Como conhecedora do mercado de investimentos tem todas as condições de fazer essa colocação para o investidor final”, defendeu Cláudio Pires.

Chile: apesar de modelo consolidado, comunicação com o participante ainda é desafio

Apesar do modelo de previdência chileno existir desde 1981, a falta de informação ainda é um obstáculo a ser superado: 67% da população do país não sabe qual é o percentual do salário descontado para própria aposentadoria; 87% não sabe quanto sua entidade escolhida cobra para administrar seu fundo de pensão; 41% diz saber o que é a pensão básica solidária (PBS), mas apenas 8% conhece o valor e somente 2% sabe como obter o benefício.

LIQUIDEZ DOS FUNDOS

A informação e entendimento adequados dos participantes a respeito das próprias decisões de investimento é uma proteção a mais, segundo especialistas, para uma equação ainda difícil de resolver: a exata previsão dos riscos aos quais todos estão sujeitos. Isso porque a entrada ou saída inesperada de recursos de uma ou outra carteira pode provocar problemas de liquidez e de flutuação excessiva dos preços dos ativos, apesar de existirem modelos matemáticos de previsão desses riscos.

“A Funpresp tem mais de R\$ 1,7 bilhão de patrimônio, imagina daqui a cinco anos, quando o patrimônio pode ter triplicado e os perfis de investimentos tenham sido efetivamente adotados no dia a dia dos clientes. É preciso ter disciplina e conversa franca. O participante só estará tranquilo quando ele tiver educação financeira para saber o perfil dele e saber o que as administradoras estão fazendo com o dinheiro dele de uma maneira bastante simples.” – Wagner Guida

“A gente se baseia num nível de risco com base numa simulação. É daí que saem as informações que são repassadas para o cliente sobre os riscos para ele entender o perfil no qual ele está entrando. O risco de liquidez é o mais difícil de calcular. Então se o sistema permite esse excesso de trocas, isso pode fazer com que a sua estimativa de risco informada ao cliente esteja equivocada”, explicou Cristiano Arbex Valle, mencionando o modelo chileno como um exemplo que pode provocar o desequilíbrio entre previdência e rentabilidade real.

Pelo sistema previdenciário do país vizinho, o participante pode trocar o tipo de fundo no qual está investida a reserva individual de previdência. São cinco fundos, que vão do A ao E, de acordo com o maior ou menor risco dos investimentos. Pela legislação chilena, a alteração é cobrada do participante se houver mais duas mudanças por ano. No entanto, as entidades pararam de cobrar e, na prática, é possível trocar de modelo de fundo a qualquer momento (confira como funciona o sistema previdenciário no Chile, na página 34).

Para tentar reduzir a ocorrência de eventos imprevistos pelos modelos de cálculos, Arbex defende uma maior aproximação entre os estudos teóricos feitos no ambiente acadêmico e os modelos de previsão aplicados na prática. “Tem muita coisa estudada nas universidades, muitos temas que estudamos que poderiam potencialmente colaborar com a gestão de recursos, a alocação, e isso ainda não saiu da academia para chegar à vida prática. Existe sempre uma distância entre teoria e prática e, no Brasil, isso ainda é pouco explorado”, defendeu. •



ENTREVISTA CRISTIANO ARBEX VALLE

Debatedor no painel III do 3º Seminário Internacional Funpresp, o professor-adjunto do Departamento de Ciências da Computação da UFMG trabalha para transformar cálculos teóricos em prática, como forma de tornar as previsões de investimentos dos fundos de pensão mais seguras e confiáveis.

Por que é preciso investir em educação financeira e previdenciária aliada à maior oferta de modelos de investimentos para os participantes de fundos de pensão?

Uma maior oferta de modelos de investimento traz vantagens, como uma maior flexibilidade para posicionar os diversos perfis existentes. É crucial, porém, que as pessoas compreendam bem as consequências das suas escolhas para que possam tomar decisões bem informadas. O conceito de risco parece simples,

mas não é tão fácil de assimilar. Entende-lo no papel é diferente de experimentar seus efeitos na prática. Todos querem um retorno mais alto, mas muitos não compreendem que, para isso, é necessário aceitar níveis maiores de risco. Somente o investimento em educação financeira pode ajudar a reduzir este desequilíbrio entre expectativa e realidade.

Como as pesquisas do meio acadêmico podem contribuir para a implantação de modelos mais personalizados de investimentos para os participantes de fundos de pensão?

Os modelos de decisões de investimento do mundo acadêmico procuram otimizar alguma métrica considerada desejável, que pode ser uma medida de recompensa, de risco, ou mesmo um *trade-off* entre recompensa e risco. Nem sempre, porém, os portfólios ótimos são desejáveis do ponto de vista prático. Por exemplo, modelos podem sugerir uma exposição alta em um ativo que possua uma história recente muito boa, mas onde não há garantia de performance similar no futuro. Um gestor ou participante individual pode não ter a mesma percepção. O mundo acadêmico também estuda como reduzir esta distância de percepções.

É possível aproximar esses dois mundos e tornar o assunto mais palatável para o cidadão que busca a previdência complementar?

Modelos matemáticos de tomada de decisão poder ser adaptados. Na

prática, o agente tira um pouco da liberdade de escolha do modelo, mas vale ressaltar que modelos não são necessariamente perfeitos. Eles buscam fazer o melhor com as regras estabelecidas, o que não implica que considerem todos os fatores necessários. Nesta aproximação entre os mundos, é um desafio explicar estes conceitos para o cidadão. O fato de ser um desafio não o torna menos essencial, dado o impacto destas decisões no futuro dos participantes. Devemos buscar todos meios disponíveis para repassar estes conceitos de forma inequívoca e clara, oferecendo toda a assistência para que cada participante possa tomar decisões condizentes com seu perfil.

Por que é importante diversificar os investimentos feitos pelos fundos de pensão e como isso impacta as escolhas individuais de cada participante?

É não só conhecido, mas também mensurável, que a diversificação ajuda a reduzir o risco, seja o risco medido como a volatilidade ou através de métricas mais recentes como o Conditional-Value-at-Risk. Este benefício é limitado quando todos os ativos possuem fatores de risco em comum, como é o caso do mercado brasileiro. Isto justificaria, por exemplo, que fundos de pensão investissem em ativos de outros países como forma de maximizar este efeito. Quanto maior é o benefício da diversificação, maiores são os retornos em potencial das carteiras que podem ser criadas para um nível desejado de risco. Isto beneficia diretamente os participantes que, quando se posicionam em um determinado perfil de risco, estão recebendo maior potencial de retorno.●

“Devemos buscar todos os meios disponíveis para repassar estes conceitos de forma inequívoca e clara, oferecendo toda a assistência para que cada participante possa tomar decisões condizentes com seu perfil.” - Cristiano Arbex Valle



Cristiano Arbex Valle alerta que todos querem um retorno alto, mas não compreendem que, para isso, é necessário aceitar riscos maiores.

OPINIÃO DO ESPECIALISTA

Por que é importante debater a previdência complementar, principalmente do servidor federal, no contexto de reformas que estão acontecendo pelo mundo, e promover a educação previdenciária?



Solange Vieira, titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep) - É superimportante a iniciativa da Funpresp em promover a discussão. Temos que conscientizar a população de que queremos viver mais e viver bem. E, para isso a gente precisa olhar para o futuro. Nesse sentido, o trabalho que a Funpresp tem feito junto aos servidores públicos é fundamental. Tem havido um aumento da preocupação com a própria aposentadoria, temos vistos jovens discutindo o futuro, a formação de poupança. A demanda por previdência complementar tem aumentado no país, mas ainda está muito aquém do necessário. A longevidade é um problema mundial, mas no Brasil, a expectativa de vida tem subido mais rápido que a de países desenvolvidos, por isso a transformação necessária, para nós, é maior.

Luís Ricardo Martins, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) - É importante disseminar e discutir temas da previdência complementar, ainda mais nesse período de reestruturação. É uma grande janela de oportunidade em função do debate que vem sendo travado sobre a necessária Reforma da Previdência, em especial o crescimento da previdência complementar do servidor público. O volume que a Funpresp tem em patrimônio mostra quanto o sistema vem gerindo bem os seus recursos. As pessoas estão vivendo mais, isso é uma boa notícia, e elas sabem que à luz da Reforma da Previdência elas vão trabalhar mais, contribuir por mais tempo e receber um benefício menor. Nesse sentido, a previdência complementar é um grande veículo de incremento, de conforto no período da inatividade.

Fábio Coelho, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - Existe, no Brasil, uma discussão muito forte em torno da necessidade da Reforma da Previdência, tendo em vista o cenário fiscal brasileiro. Isso traz grandes oportunidades do ponto de vista da educação financeira porque o assunto “preparação para a aposentadoria” começa a entrar na mesa do cafézinho do brasileiro. Os gestores precisam identificar as características dos participantes e endereçar medidas de informação. Do ponto de vista regulatório, a Previc tem editado regras de transparência ativa para os fundos de pensão, dando informações para o participante subsidiar as decisões. É preciso empoderar o participante para que ele tome suas próprias decisões. Este é o grande desafio do ponto de vista de educação financeira.



Helder Molina, presidente da Mongeral - Não teríamos o cenário que temos hoje se a Funpresp não tivesse sido fundada. A Funpresp é a pedra fundamental para essa transformação do cenário da previdência brasileira. Sem dúvida, a população como um todo acredita, já hoje, que precisa se preocupar com seu futuro, que o estado não vai prover 100% das suas necessidades. Sem dúvida nenhuma isso está acontecendo e, cada vez mais, o cidadão brasileiro vai perceber que precisa se preocupar com a própria aposentadoria, a exemplo de diversos povos no mundo que já nascem se preocupando com sua aposentadoria e com riscos de sobrevivência. É um ponto fundamental o debate, nada se cria sem educação, sem que as pessoas se desenvolvam, e qualquer seminário faz com que elas fiquem esclarecidas.



Fábio Coelho, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - Existe, no Brasil, uma discussão muito forte em torno da necessidade da Reforma da Previdência, tendo em vista o cenário fiscal brasileiro. Isso traz grandes oportunidades do ponto de vista da educação financeira porque o assunto “preparação para a aposentadoria” começa a entrar na mesa do cafézinho do brasileiro. Os gestores precisam identificar as características dos participantes e endereçar medidas de informação. Do ponto de vista regulatório, a Previc tem editado regras de transparência ativa para os fundos de pensão, dando informações para o participante subsidiar as decisões. É preciso empoderar o participante para que ele tome suas próprias decisões. Este é o grande desafio do ponto de vista de educação financeira.



Amarildo Vieira, diretor-presidente da Funpresp-Jud - A previdência complementar do servidor público veio para ficar. É o sopro de renovação do sistema de previdência complementar fechado e de fato é o caminho, a solução que se busca para tornar sustentável a nossa previdência no longo prazo. E num seminário que traz as experiências de fora, podemos ver que os problemas que eles vivem lá fora são semelhantes aos que vivemos aqui. Temos um grande desafio, que é municiar essas pessoas de informações para tomar essa decisão. Quanto maior o debate e mais familiar, mais fácil vai ficar tomar a decisão. O participante tem que entender e se enxergar na previdência e tomar a decisão que mais vá atender aos seus interesses. Quanto mais informação, mais subsídio ao participante para assegurar o seu próprio futuro.



Marcelo Siqueira, presidente do Conselho Deliberativo da Funpresp - Sempre vêm à tona novas iniciativas de alterações do sistema de previdência do país voltando-se à mesma lógica: a ideia que a proteção previdenciária é de responsabilidade do próprio servidor, junto com seu empregador. Passamos para uma dimensão na qual ele se sente cada vez mais responsável pelo custeio dos seus direitos e, mais do que isso, os servidores começam a enxergar o valor de ver as suas reservas acumuladas, como garantia e lastro de que no futuro esses benefícios serão concedidos. Diante desse cenário, a importância da previdência complementar se avoluma e se torna extremamente necessário que, de tempos em tempos, nós consigamos reunir especialistas, do Brasil e de fora, para juntos encontrarmos soluções de como garantir uma proteção previdenciária efetiva para essa parcela da sociedade.



Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia - Temos uma situação de conhecimento de todos: um sistema previdenciário que não se sustenta mais. Encontros como esse, para debater os temas relacionados à previdência complementar, de fato vêm em muito boa hora e são extremamente oportunos e necessários. Existem dois pontos fundamentais no debate: a necessidade constante de avançar na governança dos fundos de previdência e, nesse sentido, a Funpresp faz um trabalho incrível, mas o desafio de melhorar a governança deve ser constante para todos os fundos de previdência. O segundo é a forma como se dá a administração dos fundos dos valores que são depositados para que haja bom rendimento, boa remuneração e, ao mesmo tempo, que se tenha segurança e gestão dos recursos das aposentadorias dos participantes.

ENTREVISTA
WAGNER GUIDA

O CEO da Itaú Asset Management A.G.F. no Chile foi um dos painelistas na última rodada de debates do 3º Seminário Internacional Funpresp, no qual falou sobre a diversificação dos investimentos dos fundos de pensão e a implementação dos perfis de investimentos para os participantes.

Por que é importante difundir o debate sobre a previdência complementar?

Essa discussão é fundamental, e é um desafio porque é comum que o participante só comece a se preocupar com a aposentadoria quando está próximo dela. Antes disso, o assunto é muito pouco tangível, ainda que seja uma reserva dele desde a primeira contribuição. Não é fácil se comunicar com o participante, e isso deve ser um processo contínuo. As pessoas têm buscado esse conhecimento até pelas redes sociais. A boa informação é essencial para a relação com a



“A gente tem que aprender a se comunicar com os participantes e beneficiários dos fundos. Esse tipo de discussão é inclusiva e melhora o balanço de risco do fundo. Tem que haver um avanço cultural na gestão de portfólios no Brasil.”
- Wagner Guida

própria aposentadoria. É tão importante para o servidor público quanto para qualquer brasileiro. A Reforma da Previdência passou a ser assunto da “mesa do cafezinho” do brasileiro e agora ele está começando a se dar conta da sua responsabilidade em relação à própria aposentadoria. A previdência complementar passa a ser um porto seguro.

A Funpresp vai implantar, no início de 2020, os perfis de investimento para seus participantes. O que é possível aprender, nesse aspecto, com o modelo do país vizinho?

O Chile tem muitas lições que podem ser aprendidas sobre implementação dos perfis. Acho que a principal delas é como assessorar o participante para lidar com os perfis de investimentos. Temos que entender o risco do cliente e ter a segurança de que ele entenda os riscos que

Para Guida, o maior desafio à diversificação das carteiras de um fundo de pensão é a comunicação com o participante, que precisa ser bem informado sobre os riscos dos investimentos.

está correndo. Há necessidade de um aprendizado constante. A população chilena sabe o que são os perfis de investimento, ela entende, eles dormem e acordam olhando para a rentabilidade das suas carteiras. E quem sabe daqui a dois ou três anos o participante da Funpresp também vai acordar e dormir pensando na rentabilidade do seu plano, nos perfis que tem, nas opções que pode fazer, em como tomar decisões para a sua própria reserva previdenciária. Se o participante não tiver a correta informação e não souber pelo que está optando, a entidade acaba dando mais problema que solução, mas essa conversa não é de hoje pra amanhã. E a diversificação dos investimentos passa, necessariamente, por essa melhora na comunicação com o participante do fundo.

O aumento na qualidade da informação entregue ao participante de um fundo de pensão traz desafios à entidade da qual ele faz parte. Que desafios são esses?

Quando a gente consegue fazer chegar a informação ao participante, consequentemente ele vai exigir cada vez mais responsabilidade da entidade, maior investimento em melhor governança corporativa, melhores práticas socioambientais. É uma pressão natural. Na Europa os participantes demandam isso. Tem que ser o núcleo do processo de investimento essa responsabilidade social com o fundo de previdência. O patrimônio dos planos de previdência complementar, principalmente da Funpresp, vai crescer muito nos próximos anos e dar mais opções ao participante não é, necessariamente, dar as melhores opções, se ele não estiver ciente de todos os aspectos que influenciam as suas escolhas. •

ENTREVISTA
EDUARDO RIOS-NETO

O professor da UFMG e doutor em Demografia pela Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA), atuou como coordenador técnico do 3º Seminário Internacional Funpresp e avaliou as contribuições dos debates para o cenário previdenciário brasileiro.

Para efeitos de entendimento dos estudos previdenciários, qual é a diferença entre a longevidade e o envelhecimento populacional? Como esses conceitos impactam os estudos e discussões sobre previdência?

A longevidade é uma medida individual e longitudinal, ela não reflete uma condição de momento, o que os demógrafos chamam de período, ela reflete os anos vividos de um indivíduo. Nesse sentido, a longevidade afeta mais o equilíbrio atuarial da capitalização individual, sendo extremamente relevante para os fundos

de capitalização, por influenciar diretamente o resultado da acumulação. Já o envelhecimento populacional é uma medida de período e reflete a estrutura etária da população. Pode ser medido pela razão de dependência da pessoa idosa ou pela idade média da população e afeta diretamente o equilíbrio previdenciário do regime de repartição simples. O envelhecimento populacional é afetado tanto pela fecundidade quanto pela mortalidade. Num esquema de contribuição definida, a longevidade afeta o tempo médio de contribuição necessário para uma aposentadoria digna e, portanto, a taxa de retorno do fundo de acumulação. Já o envelhecimento populacional afeta a razão de dependência do regime de repartição simples, demandando mudança na idade de aposentadoria ou na alíquota de contribuição para manter o sistema equilibrado.

Que ideias debatidas no 3º Seminário Internacional podem ser levadas em consideração para a realidade da previdência brasileira?

O seminário foi importante em várias dimensões, na análise do caso de vários países e na análise da governança, particularmente os casos americano e chileno. No caso americano, destaco tanto a questão do sistema de pilares múltiplos, como a previdência dos estados. Acho que muitas lições podem ser tiradas para os estados brasileiros, onde praticamente todos possuem um passivo de aposentados descoberto por um fundo de capitalização. Além disso, o pilar

complementar da aposentadoria do setor privado (401k) parece bastante interessante como lição para o Brasil. No caso chileno o que mais gostei foi a demonstração de que, a despeito de todos os eventuais problemas, a capitalização apresenta taxas de retorno razoáveis. As potenciais mazelas da cobertura social e do baixo valor de aposentadoria parecem paradoxais com o retorno positivo demonstrado, mas decorrem de uma intermitência no período de contribuição, decorrente das taxas de desemprego e informalização tão características dos países latino-americanos. Tanto o caso americano quanto o chileno apontam para a necessidade de um pilar básico de repartição na reforma, que seja uma espécie de seguro para incertezas. No caso brasileiro, como ainda temos um pilar não contributivo dado pelo benefício de prestação continuada (BPC) e aposentadoria rural, creio que o pilar básico teria de equacionar os incentivos contributivos na base da pirâmide, para que o segmento não contributivo não fosse atrativo em comparação ao segmento contributivo. A despeito desses detalhes relevantes, o seminário apontou para um elevado potencial de poupança privada ou coletiva com o advento da reforma previdenciária.

Nesse contexto, qual é a importância do debate sobre a previdência complementar?

No contexto de uma sociedade que opera em regime de repartição e que passa por um processo de envelhecimento populacional, a previdência complementar é fundamental para facilitar uma transição para o equilíbrio previdenciário, principalmente levando-se em conta que ela consiste num regime de capitalização com contribuição definida. •

“Em uma sociedade que opera em regime de repartição e que passa por um processo de envelhecimento populacional, a previdência complementar é fundamental para facilitar uma transição para um sistema previdenciário equilibrado.” - Eduardo Rios-Neto



Para Rios-Neto, o compartilhamento de experiências internacionais, especialmente dos Estados Unidos e Chile, devem render lições valiosas para o caso brasileiro.

A PREVIDÊNCIA PELO MUNDO

Estados Unidos

No país, todos os trabalhadores da iniciativa privada são cobertos pela previdência social, gerida pelo governo federal, além de parte dos servidores públicos de alguns estados e municípios que, no passado, decidiram se associar ao sistema federal. Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios. Em alguns estados, os professores têm fundos de pensão separado dos demais servidores, mas com regras parecidas para aquisição de benefícios.

O valor da aposentadoria é calculado por uma fórmula que leva em consideração as contribuições feitas pelo trabalhador e a renda média durante os 35 anos em que ele recebeu os salários mais altos. A maioria dos americanos, tanto funcionários públicos quanto os da iniciativa privada, se aposenta aos 65 anos.

Para obter benefícios adicionais ao da aposentadoria pública, os trabalhadores devem contribuir para um plano de pensão complementar – os chamados 401(k) –, ou formar poupanças individuais. Atualmente, 2/3 dos americanos acima dos 65 anos de idade dependem basicamente das pensões pagas pelo sistema público.

Canadá

O país adota um teto para o benefício pago na aposentadoria. A previdência governamental canadense é o Canada Pension Plan (CPP), semelhante à previdência social brasileira. O benefício proporciona uma renda ao contribuinte e familiares em caso de aposentadoria, morte ou invalidez. A contribuição feita ao CPP é obrigatória para o trabalhador com mais de 18 anos que esteja empregado em empresas canadenses. O valor máximo da contribuição é de 4,95% e a empresa contribui também com a mesma porcentagem. No caso dos autônomos, esse valor deve ser pago duas vezes. O benefício máximo pago pelo governo é limitado a 1,2 mil dólares canadenses mensais.

Para se aposentar no país, a idade mínima é 60 anos de idade. Caso o cidadão opte por esta idade, há uma redução no valor pago da aposentadoria, que é de menos 0,6% ao mês antes dos 65 anos. O limite máximo para dar entrada na aposentadoria é com 70 anos, sendo que neste caso o indivíduo consegue um acréscimo de 0,7% ao mês no tempo que passou dos 65 anos.

Para o trabalhador que se aposenta mais tarde, com idade avançada, existe ainda o abono de permanência Old Age Security (OAS), que é um fundo de pensão dos idosos. Ao contrário do CPP, o trabalhador não contribui mensalmente para esse benefício. O fundo provém de um valor determinado da arrecadação total de impostos e é deste montante que são retiradas as contribuições. O OAS é baseado no tempo em que a pessoa viveu no Canadá.



Chile

No país vizinho, a previdência tem três camadas: a primeira, solidária, para trabalhadores que recebem até um salário mínimo – aproximadamente US\$ 500 mensais –, financiada pelo pagamento de impostos; a segunda, obrigatória, financiada pela contribuição individual de 10% da remuneração do trabalhador; e a terceira, complementar, com contribuição individual incentivada por benefícios fiscais.

Na segunda camada, existem seis entidades fechadas que administram as reservas dos trabalhadores (AFP). Cada uma possui cinco fundos que dividem os investimentos entre maior e menor aversão a risco. Cada novo entrante deve permanecer na mesma entidade gestora por dois anos. Após esse período, a mudança é livre, sem custos, mas limitada a duas alterações anuais. No entanto, as gestoras dos fundos não têm cobrado as trocas feitas acima desse limite.

Se não for cumprido o retorno médio dos últimos 36 meses, as entidades devem entrar com capital próprio para garantir a rentabilidade mínima do sistema. Todas as entidades são privadas.

Holanda

A previdência na Holanda é composta por três pilares. O primeiro é o de repartição simples, que garante um benefício de valor uniforme associado ao salário mínimo. O segundo é composto por fundos de pensão privados de empresas e indústrias, integrando contratos de trabalho entre sindicatos e empregadores, e é de participação obrigatória. O terceiro pilar é integrado por planos de pensão individuais que têm isenção tributária até determinado teto, de modo que costuma atrair mais os trabalhadores autônomos. Os programas de aposentadoria do país são fomentados com base no regime de capitalização.

Fontes: 3º Seminário Internacional Funpresp; Ministério da Economia; Revistas da Abrapp nº 400 e 421; Embaixada do Japão; sites: <http://previdenciasimples.com>; <http://www1.folha.uol.com.br>; <http://brasil.elpais.com>; <http://www.itiban.tur.br>; <http://economiasemsegredos.com>; <http://whatsjap.com.br>; <http://consultoriabr.com.br>; <http://www.vidaprevenciaria.com.br>; <http://revbprev.unifesp.br>; <http://epocanegocios.globo.com>; <http://www.anfipmg.org.br>; <http://www.econ.puc-rio.br>.

Suécia

O sistema previdenciário é formado por um regime de repartição simples de Contribuição Definida Nocial (NDC), chamado de Pensão Baseada em Renda (Income Pension), e um sistema de Contribuição Definida Capitalizado (FDC), representado pelas Pensões Prêmio (Premium Pension), que estão relacionados à renda individual. A contribuição é de 18,5%, sendo 16% destinados ao NDC e 2,5% ao FDC. Existe ainda o benefício mínimo e o habitacional, destinado aos aposentados de baixa renda e com despesas de moradia.

O NDC é um misto entre os regimes de repartição e de capitalização. No NDC, as contribuições dos trabalhadores ativos continuam financiando os benefícios dos atuais aposentados/pensionistas (regime de repartição), mas os benefícios são calculados de acordo com as contribuições pretéritas dos beneficiários, acumuladas com base em taxas de juros “virtuais” (regime de capitalização com contas nocionais).

O sistema é complementado por um regime de previdência complementar, que cobre cerca de 90% dos trabalhadores dos setores públicos e privados. Esses planos são feitos por acordos coletivos entre sindicatos e confederações de empregadores e são “semi-obrigatórios” aos funcionários. Nesses acordos, os empregadores contribuem com planos de pensão, fornecendo benefícios complementares ao regime público para aqueles cuja renda supera o teto do sistema estatal.

Japão

Existem três tipos de contribuições diferentes, chamadas: *kosei nenkin*, *kokumin nenkin* e *kyousai nenkin*. O primeiro deles - *kosei nenkin* - é o plano de seguro de pensão do empregado - numa comparação com o Brasil, seria o equivalente à contribuição do trabalhador para o INSS. É financiado pelo pagamento de um imposto obrigatório a todos os trabalhadores no Japão.

O *kokumin nenkin* é o plano de pensão nacional. É uma contribuição facultativa que permite ao trabalhador ter uma aposentadoria maior. Já o *kyousai nenkin* é a contribuição dos funcionários públicos. Ela dá direito a uma pensão proporcional à remuneração do servidor e é descontada no próprio contracheque.

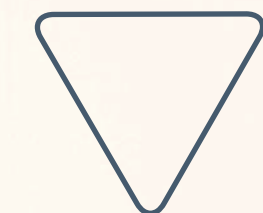
A aposentadoria no Japão é obtida por idade, invalidez ou falecimento. O tempo mínimo de contribuição é de 25 anos com idade mínima de 65 anos tanto para homens como para mulheres. Para ter direito ao valor integral, é necessário ter contribuído por 40 anos.

Reino Unido

Em 2012, o Reino Unido criou o National Employment Savings Trust, o NEST. O plano é de contribuição definida, público, de baixo custo e conta com adesão automática. Com a implementação dele, os trabalhadores passaram contar com um fundo de pensão capitalizado com contrapartida do empregador.

A adesão automática e obrigatória foi instituída em 2017. O NEST é um plano adicional criado para complementar os valores pagos pelos sistemas públicos do país. As contribuições de 8% são distribuídas entre o governo, patrões e empregados.

Para participar, o trabalhador deve ter idade entre 22 e 65 anos e renda mínima tributável de 8,105 mil libras esterlinas. Caso o trabalhador que não satisfaça esses requisitos queira se filiar ainda há chance, desde que tenha entre 16 e 75 anos e renda de 5,564 mil libras esterlinas (contribuindo com a proporção mínima). As contribuições ao NEST são calculadas sobre a faixa de renda entre 5,564 e 42,475 libras esterlinas por ano.



Funpresp

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO

- 🖱️ www.funpresp.com.br
- ☎️ 0800 282 6794
- f /funprespexe
- 🐦 /funpresp
- 📺 /tvfunpresp
- 📷 @funpresp
- 📻 funpresp